



À ITAIPU BINACIONAL

SR. PREGOEIRO E ILMA. COMISSÃO,

REF.: Pregão Eletrônico Nacional NF 0977-24

TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 00.809.489/0001-47, sediada na Av. Comendador Franco, 5490, Bairro Uberaba, Curitiba/PR, CEP 81.560-000, vem, respeitosamente, por seu procurador que adiante subscreve, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao Edital de Licitação Pública, da modalidade Pregão Eletrônico Nacional NF 0977-24, conforme as razões adiante aduzidas.



1. ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE

Segundo o item 2.23.1. do edital de Licitação, a impugnação deve ser protocolada em até 02 (dois) dias úteis antes da data para recebimento das propostas.

Houve o aditamento do Edital, segundo alínea "G", em que foi alterado o calendário de eventos, para a recepção das propostas até o 22/08/2024 (quinta-feira).

Com isso, o prazo para impugnar o Edital findará em 20/08/2024 (terça-feira).

Sendo assim, demonstrada a tempestividade da presente Impugnação, deverá este d. Órgão proceder com seu recebimento e análise, nos termos da fundamentação exposta a seguir.

2. DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

O Pregão Eletrônico Nacional NF 0977-24, conforme item 1.2. do Edital, possui como objeto *contratação dos serviços de impressão, cópia e digitalização, incluindo a locação dos equipamentos (novos, sem uso e em linha de produção), instalação, configuração, treinamento básico, gestão dos equipamentos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo insumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como solução de software de gerenciamento e contabilização de impressões, de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC).*



Ocorre que a Impugnante compreende que o Edital de contém exigências que favorecem determinada marca, além de apresentar especificações excessivas, desprovidas de justificativas técnicas adequadas. Tais práticas comprometem a competitividade do certame e violam os princípios da isonomia e da vantajosidade, como será demonstrado.

2.1. DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA – EXIGÊNCIAS EXCLUDENTES – RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO

2.1.1. DAS EXIGÊNCIAS PARA O EQUIPAMENTO TIPO II - MULTIFUNCIONAL COLORIDA A4 DE 45 PPM

Em relação ao item "Velocidade de impressão de 45 ppm em formato A4 ou Carta, modo monocromático, lado simples", é exigida uma velocidade de 45 páginas por minuto para um equipamento de porte médio, no formato A4.

No entanto, essa mesma especificação também é exigida para o equipamento A3 do Tipo I, que é de grande porte. Isso torna a exigência para o equipamento de menor porte desnecessária.

Abaixo, segue tabela elaborada pelo governo federal, conforme o manual de boas práticas de outsourcing de impressão, que recomenda os tipos de equipamentos a serem utilizados com base nas estimativas de consumo.

| | Tipo | Velocidade A4/Simplex | Estimativa de consumo mensal (pag/mês) por equipamento |
|--|------|-----------------------|--|
| Impressora ou Multifuncional Monocromática | I | 20 a 30 ppm | 2000 a 6000 |
| | II | 31 a 45 ppm | 6001 a 20000 |
| | III | > 45 ppm | > 20000 |

| | | | |
|--|----|-------------|--------------|
| Impressora ou Multifuncional Policromática | IV | 15 a 25 ppm | 1000 a 2500 |
| | V | 26 a 40 ppm | 2501 a 15000 |
| | IV | > 41 ppm | > 15000 |

Tabela 1 – Tabela de referência com velocidades mínimas e estimativas de consumo por tipos de equipamentos⁴

Fonte: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/guia-de-outsourcing-de-impressao1>

Conforme pode-se observar, para que se exija velocidades superiores a 41 páginas por minuto de um equipamento multifuncional policromático, seria necessário que a estimativa de consumo fosse de, no mínimo, 15 mil páginas por mês por equipamento. Abaixo, apresentamos trecho do ANEXO II – Orçamento Estimado, no qual foram determinadas as quantidades:

| 1. Locação de Equipamentos para Serviço de Cópia, Impressão e Digitalização | | | | | | |
|---|---|---|--|--------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| ITEM | TIPO | DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO | QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (1) | VALOR UNITÁRIO (R\$) (2) | QUANTIDADE DE MESES (3) | VALOR TOTAL(R\$) (1) x (2) x (3) |
| 1.1 | I | Multifuncional Colorida A3 de 45 ppm | 40 | 985,00 | 48 | R\$ 1.891.200,00 |
| 1.2 | II | Multifuncional Colorida A4 de 45 ppm | 100 | 537,50 | 48 | R\$ 2.580.000,00 |
| 1.3 | III | Multifuncional Colorida A4 de 25 ppm | 70 | 213,55 | 48 | R\$ 717.528,00 |
| 1.4 | IV | Impressora plotter colorida para grandes formatos | 5 | 1.325,59 | 48 | R\$ 318.141,60 |
| 1.5 | V | Scanner A4 de baixo volume | 10 | 293,50 | 48 | R\$ 140.880,00 |
| 1.6 | VI | Impressora Térmica de Etiqueta | 15 | 104,15 | 48 | R\$ 74.988,00 |
| VALOR SUBTOTAL(1) | | | | | | R\$ 5.722.737,60 |
| | | | | | | |
| 2. Serviço de Cópias e Impressões | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | | QUANTIDADE ESTIMADA DE CÓPIAS E IMPRESSÕES / MÊS (A) | PREÇO UNITÁRIO (B) | QUANTIDADE DE MESES (C) | VALOR TOTAL (A x B x C) |
| 2.1 | Cópias e Impressões A4 monocromáticas | | 50.000 | 0,08 | 48 | R\$ 192.000,00 |
| 2.2 | Cópias e Impressões A4 policromáticas | | 100.000 | 0,51 | 48 | R\$ 2.448.000,00 |
| 2.3 | Impressões em metros lineares (equipamento tipo IV) | | 57 | 15,02 | 48 | R\$ 41.094,72 |
| VALOR SUBTOTAL(2) | | | | | | R\$ 2.681.094,72 |



Para os equipamentos coloridos, excluindo os equipamentos plotter, serão considerados 210 unidades, sendo 40 do Tipo I, 100 do Tipo II e 70 do Tipo III, todos policromáticos.

A estimativa prevista no termo é de 100.000 (cem mil) cópias e impressões A4 em policromia. Ao realizar um cálculo simples, dividindo a quantidade estimada pelo número de equipamentos ofertados, obtemos uma média de aproximadamente 476,19 páginas por equipamento. Esse volume de impressão não justifica a exigência de equipamentos de grande porte, visto que o volume estimado é relativamente baixo.

Portanto, a exigência de velocidade de impressão deveria situar-se entre 15 e 25 páginas por minuto, de acordo com a real necessidade do d. Órgão.

Pugna-se pela alteração da exigência do Termo de Referência, restringindo a velocidade de impressão entre 15 e 25 páginas por minuto, considerando as especificações usuais de mercado, para ampliar a concorrência e permitir a busca pela proposta mais vantajosa.

2.1.2. DAS EXIGÊNCIAS PARA O EQUIPAMENTO TIPO III - MULTIFUNCIONAL COLORIDA A4 DE 25 PPM

Em relação ao item "Dimensões do equipamento (L x P x A): 45 x 50 x 45 cm, com variação máxima de 10% para mais", especificado para o Tipo III - Multifuncional Colorida A4 de 25 ppm, apresenta-se uma análise dos equipamentos equivalentes de diversos fabricantes, conforme imagem a seguir:

| Equipamento Tipo III - Multifuncional Colorida A4 de 25 ppm | KYOCERA MA3500ci | EPSON WF-C5890 | HP M479dw | XEROX C315 | LEXMARK CX431adw |
|---|---------------------|--|---|--------------------|--------------------|
| Tecnologia de Impressão Laser, LED, jato de tinta ou equivalente. | LASER | JATO | LASER | LASER | LASER |
| Funções Impressora, Copiadora e Scanner | OK | OK | OK | OK | OK |
| Velocidade de impressão 25 ppm em formato A4 ou Carta, modo monocromático, lado simples | 37 ppm | 25 ISO ppm | 28 ppm carta | 35 ppm | 26 ppm carta |
| Resolução de Impressão 600 x 600 dpi | 1200x1200 | 4800x1200 | 38.400x600 | 1200x1200 | 2400x600 |
| Resolução de Digitalização sem interpolação e de Cópia 600 x 600 dpi | 600 dpi | 1200 dpi | 600 dpi | 600 dpi | 600 dpi |
| Frente-e-Verso (Duplex) Automático Sim, para impressão, cópia e digitalização. | OK | OK | OK | OK | OK |
| Alimentação de Originais - Alimentador automático de originais, frente e verso, com capacidade para 50 folhas. | DSDP 50 | DSDP 50 | DSDP 50 | AAOFV 50 | DADF 50 |
| Dimensões do equipamento (L x P x A): 45 x 50 x 45 cm, com variação máxima das dimensões em 10% para mais. | 480x577,5x571,5 mm; | Aberto: 42.5 x 57.8 x 35.7cm Fechado: 42.5 x 53.5 x 35.7cm ** | Máximo: 16,8 x 25,7 x 16,3 pol.; 426 x 652 x 414 mm | 442 X 588 X 462 mm | 440 x 556 x 519 mm |
| Características de Alimentação de Papel | OK | OK | OK | OK | OK |
| Tamanhos A4, Carta e Ofício; | OK | OK | OK | OK | OK |
| 1 bandeja de alimentação com capacidade de 250 folhas; | 250 | 250 | 250 | 250 | 250 |
| Gramatura de 75 a 160 g/m². | 60 - 220 g/m² | 64 g/m2 - 256 g/m2 | OK | 60 - 216 g/m² | 60 - 162 g/m2 |
| Características da Copiadora | OK | OK | OK | OK | OK |
| Redução e ampliação de 25% até 400%; | OK | OK | OK | OK | OK |
| Cópias contínuas de 01 a 99. | 999 | 999 | 999 | 9.999 | OK |
| Características do Scanner | OK | OK | OK | OK | OK |
| Digitalização frente e verso numa única passagem; | DSDP 50 | DSDP 50 | DSDP 50 | AAOFV 50 | DADF 50 |
| Formato de saída de arquivo: PDF e JPEG. | OK | OK | OK | OK | OK |
| Características de Conectividade | OK | OK | OK | OK | OK |
| Conectividade interna com redes, Gigabit Ethernet 100/1000 Mbps. | OK | OK | OK | OK | OK |
| Tensão Elétrica 110V ou 220V 50/60hz, conforme Anexo B – Quantitativo de Equipamentos Inicial. | OK | OK | OK | OK | OK |
| Características Adicionais | OK | OK | OK | OK | OK |
| Impressão por meio de dispositivos móveis como Tablets e smartphones com sistemas operacionais Android e iOS. | OK | OK | OK | OK | OK |
| Compatibilidade com Sistemas Operacionais Windows 10, Windows 11, macOS 12 Monterey e Windows Server 2016, 2019 e 2022. | OK | OK | OK | OK | OK |

Nota-se claramente um direcionamento ao equipamento EPSON. Ainda assim, a especificação do equipamento extrapola a pedida do d. Órgão. Vejamos que nem a própria EPSON atende as especificações determinadas:

Dimensões e peso
(largura x profundidade x altura)

Aberto: 42.5 x 57.8 x 35.7cm
Fechado: 42.5 x 53.5 x 35.7cm
Peso: 18,4 Kg

Conforme especificado no item, "com variação máxima das dimensões em 10% para mais", o limite máximo permitido para as dimensões seria de 50 x 55 x 45 cm (L x P x A), excede a medida solicitada. Se o



entendimento do d. Órgão aceitar equipamentos que atendam a essas dimensões ampliadas, isso poderá restringir a participação de diversos grandes fornecedores do mercado de impressão.

Além disso, a solicitação de medidas tão exatas é inviável, pois equipamentos de impressão necessitam de espaço adicional ao redor para operações como alimentação de papel, remoção de obstruções, utilização da mesa e alimentador automático do scanner, entre outras funções que requerem espaço adequado.

Ademais, o termo de referência e o edital não incluem um Estudo Técnico Preliminar (ETP) que justifique essas exigências. Portanto, com base nas informações fornecidas, essa especificação dificulta a identificação de equipamentos adequados e restringe competição no certame, limitando a participação de diversos fabricantes.

Pugna-se pela alteração das exigências citadas do Termo de Referência quanto as dimensões do equipamento, considerando as especificações usuais de mercado, para ampliar a concorrência e permitir a busca pela proposta mais vantajosa.

3. DA VEDAÇÃO DE EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA CONCORRÊNCIA

As exigências restritivas, sem justificativa, resultam na exclusão de potenciais fornecedores qualificados que poderiam oferecer soluções adequadas e competitivas. Isso limita a concorrência e resulta em preços mais altos para o d. Órgão, violando, nitidamente, o interesse público.



Ademais, é imperioso destacar que o Pregão, como modalidade de licitação, é conhecido por sua agilidade, transparência e busca por preços mais vantajosos para a Administração. No entanto, para que esses objetivos sejam alcançados de maneira eficaz, é fundamental que as características usuais de mercado sejam consideradas ao elaborar os editais de licitação.

Porém, contrariamente a estes preceitos, as disposições sobre as especificações técnicas dos equipamentos Tipo II e III do Termo de Referência restringem a concorrência, excluindo, assim, potenciais interessados que possam executar com eficiência o objeto licitado.

Nesse sentido, o Edital de Licitação deve se restringir a exigências que possibilitem a participação do maior número de licitantes, sendo que a restrição de potenciais interessados, sem quaisquer justificativas técnicas para tanto, é nula por afrontar os princípios da isonomia e da ampla concorrência, basilares nos procedimentos licitatórios, conforme entendimento jurisprudencial sobre o tema, *in verbis*:

(...) INCLUSÃO DE EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO PERCENTUAL DE 50% DO MENOR LOTE DA LICITAÇÃO. MITIGAÇÃO FLAGRANTE DA COMPETITIVIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA POR POUCAS EMPRESAS, ESPECIALMENTE AS ATUAIS PRESTADORAS DO SERVIÇO. **VIOLAÇÃO AO OBJETIVO DE LICITAÇÃO QUE É A OBTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. RESTRIÇÃO DESPROVIDA DE AMPARO LEGAL.** AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA DECISÃO QUE DETERMINA A RETIRADA DAS EXIGÊNCIAS EXCLUDENTES INDEVIDAS E MATÉM A REALIZAÇÃO DO CERTAME. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO. 1. A formulação de exigências excludentes ou que diminuam a competitividade deve ser declarada nula por afronta aos princípios da ampla concorrência e da isonomia (...) (TRF-1 - AI: 00174734320144010000, Relator: JUÍZA FEDERAL GILDA



SIGMARINGA SEIXAS (CONV.), Data de Julgamento: 21/05/2014, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 30/05/2014).

Nesse mesmo sentido:

REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÕES ELETRÔNICOS. **ESPECIFICAÇÕES EXCESSIVAS. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA. DIRECIONAMENTO INDIRETO. VEDAÇÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.** REMESSA NECESSÁRIA NÃO PROVIDA. 1. A especificação do produto que restringe a participação nos certames somente seria autorizada mediante a apresentação de estudo técnico e objetivo que comprovasse a imprescindibilidade das especificações e que justificasse a exclusão de produtos semelhantes fabricados por marcas diversas, o que não ocorreu no caso dos autos. 2. O direcionamento indevido viola o princípio da isonomia. 3. Remessa necessária não provida. (TJ-AM - Remessa Necessária Cível: 06145792020178040001 AM 0614579-20.2017.8.04.0001, Relator: Délcio Luís Santos, Data de Julgamento: 08/07/2020, Câmaras Reunidas, Data de Publicação: 10/07/2020).

Nesse contexto, é imprescindível que o d. Órgão promova a identificação de um conjunto representativo de diversos modelos disponíveis no mercado que atendam plenamente às necessidades da Administração, antes de formular as especificações técnicas. Tal procedimento é essencial para prevenir o direcionamento da licitação para um modelo específico, além de caracterizar a realização de uma pesquisa de mercado abrangente.

Conforme entendimento pacificado sobre o tema:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. **SUPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES.** CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE DIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTRAS MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO.

(...) O direcionamento da licitação mediante a descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos. 2. O **órgão licitante deve identificar um conjunto representativo de diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente as necessidades da Administração antes de elaborar as especificações técnicas** e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado (TCU 01980420148, Relator: BRUNO DANTAS, Data de Julgamento: 04/11/2015).

Logo, as exigências dispostas no Edital quanto às especificações técnicas dos equipamentos do Tipo II e III, acima mencionadas, infringem o princípio da isonomia através da restrição do caráter competitivo do certame e infração do princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

Diante do exposto, requer que as disposições em questão sejam reformuladas pelo d. Órgão, a fim de estipular que sejam exigidos para os equipamentos para o Tipo II e III especificações técnicas adequadas que ampliem a participação de fabricantes, conforme fundamentos acima aventados.

4. DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Requer sejam observados, no julgamento da Impugnação, os princípios que regem o procedimento licitatório.

Vejamos o que dispõe a Norma Geral de Licitação da Itaipu, em seu artigo 2º:

Art. 2º Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da

igualdade ou isonomia, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da economicidade, da competitividade, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações, prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Parágrafo único. Todas as obras, serviços, compras, locações e alienações, contratados pela ITAIPU, salvo nos casos excepcionais previstos nesta Norma, serão precedidos de licitação, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa para a Entidade e a promoção do desenvolvimento sustentável, respeitados os princípios básicos enunciados no caput deste artigo.

Ademais, conforme disposto no artigo 11º da Lei 14.133/2021:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o **resultado de contratação mais vantajoso para a Administração** Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

Caso o Edital não seja retificado – o que argumenta em observância ao princípio da eventualidade, somente – estará sendo violado o princípio da legalidade, vez que as exigências apontadas, por serem excessivas/irrelevantes/desnecessárias, limitam a competição, situação vedada pela Norma Geral de Licitação da Itaipu e pelo artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Vejamos o conceito do princípio da competitividade (implícito), de acordo com o que ensina Victor Aguiar Jardim de Amorim:

Deriva do princípio da isonomia e tem seu fundamento no art. 3º, § 1º, I, da LGL (BRASIL, 1993), preconizando que os agentes públicos devem sempre privilegiar a mais ampla competitividade nas licitações, abstendo-se de incluir, nos editais, cláusulas ou condições irrelevantes e impertinentes que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo dos certames (Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência, 2017, fls. 34).

Importante, também, que se observe o Princípio da Supremacia do Interesse Público, conceito trazido adiante pela ilustre jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro. Assim se manifesta:

“O princípio da supremacia do interesse público, também chamado de princípio da finalidade pública, está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.” (Direito Administrativo, 27ª edição).

A retificação do Edital, conforme o exposto pela Impugnante, proporcionará competitividade, e, também, propostas comerciais de valor menor, garantindo-se a proteção ao Erário e que o interesse público seja respeitado.

É cediço. De acordo com os princípios da legalidade, da ampla competitividade, da isonomia, da supremacia do interesse público sobre o privado, da legalidade, dentre outros, a retificação do Edital, nos termos da argumentação, é necessária.

5. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer a Impugnante a total procedência da presente Impugnação para que seja o Edital retificado quanto às exigências



técnicas dos equipamentos do Tipo II e III Termo de Referência, quanto à velocidade de impressão e dimensão do equipamento, que restringem o caráter competitivo do certame, infringem o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa, segundo fundamentos expostos, sob pena de nulidade do certame.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 19 de agosto de 2024.

Tecprinters Tecnologia de Impressão Ltda.

EDUARDO ROCHA PEDREIRA

CPF 627.570.910-34

Representante Legal



4º TABELIONATO

DE NOTAS

4º TABELIONATO DE NOTAS
Tabellão Daniel Driessen Junior
Rua Marechal Deodoro nº 40 - Curitiba/PR - 41 3040 841041 3040-8410 | CONTATO@4TABNOTAS.COM.BR | WWW.4TABNOTAS.COM.BR
RUA MARECHAL DEODORO, 40 | CEP 80010-010 | CENTRO, CURITIBA/PR

República Federativa do Brasil

COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ

| LIVRO | FOLHA | RUBRICA |
|-----------|----------------|---------|
| 977-P | 250 | |
| CÓD. ESC. | CONTR. INTERNO | |
| 13 | 1888/2023 | |

15 JAN. 2024

A presente fotocópia é uma reprodução fiel do documento apresentado nesta Serventia, do que dou fé.

CELIA REGINA BOLZANI

ESCREVENTE - PORTARIA TJPR Nº 002/2018

Procuração Pública bastante que faz: **TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA**, em favor de: **EDUARDO ROCHA PEDREIRA**, na forma abaixo:

S/A/I/B/A/M quantos o presente instrumento público de procuração, bastante virem que, **aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três (13/12/2023)**, nesta Cidade de Curitiba/PR, em Cartório, perante mim Escrevente do Tabelião, compareceu como outorgante: **TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede de sua Matriz na Avenida Comendador Franco nº 5490, nesta cidade de Curitiba/PR - CEP: 81.560-000, inscrita no CNPJ sob nº 00.809.489/0001-47, registrada na JUCEPAR sob NIRE nº 41203389038, com filiais: **1)** CNPJ nº 00.809.489/0003-09, com sede na Rua Aírto Antonio Fabricio nº 330 - Quadra nº 05, Lote nº 81, na cidade de São José/SC - CEP: 81.122-026; e **2)** CNPJ nº 00.809.489/0002-28, com sede na Rua Eugenio Rubbo nº 375 - Galpão 02, na cidade de Porto Alegre/RS - CEP: 90.200.280, em conformidade com os ATOS CONSTITUTIVOS e CERTIDÃO SIMPLIFICADA (emitida aos **27/11/2023**), neste ato representadas por seu Diretor: **RUY OTTO BUSS**, brasileiro, casado, maior e capaz, empresário, portador do RG nº 1.004.383.939/SESP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 161.489.240-72, residente e domiciliado na Rua Capitão Leônidas Marques nº 1800 - Casa nº 07, na cidade de Curitiba/PR - CEP: 81.550-000. O presente é reconhecido pelos documentos apresentados, do que dou fé. E, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador: **EDUARDO ROCHA PEDREIRA**, brasileiro, solteiro, maior e capaz, diretor comercial, portador do RG nº 1.037.296.281/SESP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 627.570.910-34, residente e domiciliado na Rua Santo Afonso de Ligorio nº 482 - Lote 11, na cidade de Curitiba/PR - CEP: 82.200-330, a quem confere **PODERES** para representar a empresa outorgante, no trato com o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, de administração direta, indireta, autárquica, fundacional ou de natureza mista, no sentido de representar a empresa em licitações públicas e particulares, tais como concorrências, tomada de preços, convites, pregões presenciais, pregões eletrônicos, podendo para tanto, requerer inscrição, apresentar propostas, protestos, reclamações e recursos contra qualquer irregularidade, oferecer vantagens e descontos em caso de empate, oferecer lances sucessivos ou de desempate; assinar, concordar, requerer, contestar, peticionar, protocolar e retirar documentos públicos, atestados e certidões, regularizar, provisionar e manter regularidade da empresa junto aos órgãos públicos competentes, prestar esclarecimentos, depoimentos; e ainda, requerer, alegar, recorrer e assinar tudo o que for preciso, apresentar, juntar e desentranhar documentos que forem exigidos, praticar, enfim, todos os demais atos necessários ao bom, fiel, cabal e integral cumprimento do presente mandato, **NÃO PODENDO SUBSTABELECE**R. O presente instrumento é **VÁLIDO ATÉ 31/12/2024**. Emitida a Guia de **FUNREJUS** sob nº **14000000009932856-4**, no valor de **R\$ 23,65** (vinte e três reais e sessenta e cinco centavos), recolhido no **prazo legal**. **CLÁUSULA ARQUIVAMENTOS**: Certifico que os documentos utilizados para a prática deste ato notarial encontram-se digitalmente arquivados nestas Notas sob nºs: **PASTA Nº 241-CS / Nº 207; PASTA Nº 977-FP / Nº 70**. As partes declaram, sob pena de responsabilidade civil e penal, que foram cientificadas por esta Serventia que, nos termos dos artigos 670 e 671 do Código de Normas do Foro Extrajudicial do Paraná (Provimento nº 249/2013), a falta de assinatura de todos os signatários deste instrumento dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias tornará este ato notarial incompleto, sem prejuízo do devido recolhimento de custas correspondentes ao presente ato. A convalidação da mencionada ausência poderá ser sanada mediante escritura pública de retificação e ratificação, gerando a cobrança de novas custas e



taxas respectivas. Declarando ainda que, de forma livre, espontânea e inequívoca, que estão de acordo e cientes de que os Notários, Registradores e seus auxiliares, em decorrência da lavratura deste ato, poderão acessar, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, dados pessoais e as informações e demais dados prestados, compartilhando-os com outros agentes de tratamento de dados, exclusivamente para fins de execução e conclusão do ato notarial ou registral solicitado pelas partes, tudo em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Protocolado na data de 13/12/2023 sob a ordem de lavratura nº 5276/2023. E, de como assim foi dito, do que dou fé, lavrei o presente instrumento, por me ser pedido, que após lido às partes e achado conforme, foi aceito, outorgado e assinado perante mim, RENATO JEFERSON BOLZANI, TABELIÃO SUBSTITUTO, que a digitei. E eu, DANIEL DRIESSEN JUNIOR, TABELIÃO, o subscrevi. Emolumentos (R\$ 94,62 = 384,62 VRC). Selo Digital FUNARPEN (R\$ 16,00). ISSQN (R\$ 3,78). FUNDEP (R\$ 4,73). FUNREJUS (Valor acima). (REPRESENTANTE) RUY OTTO BUSS. **TRASLADADA** em seguida. Está conforme o seu original, ao qual me reporto e dou fé. Documento assinado eletronicamente com certificado digital ICP-Brasil, conforme MP nº 2.200-2/2001.



FUNARPEN
SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTN2:PJFzN.m0pXw4KDYtz.F306q
Consulte em:
selo.funarpem.com.br



Assinado digitalmente por:
RENATO JEFERSON BOLZANI
CPF: 006.784.389-19
Certificado emitido por AC Certisign RFB
G5
Data: 03/01/2024 16:10:03 -03:00





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: YN6QF-AAYAD-AYESV-A742Y

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ RENATO JEFERSON BOLZANI (CPF 006.784.389-19) em 03/01/2024 16:10

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/YN6QF-AAYAD-AYESV-A742Y>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
EDUARDO ROCHA PEDREIRA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
1037296281 SESP RS

CPF
627.570.910-34

DATA NASCIMENTO
12/03/1971

FILIAÇÃO
JOAO ARI PEDREIRA
CARMEN LUCIA DA ROCHA PEDREIRA
IRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
01362270822

VALIDADE
28/01/2027

1ª HABILITAÇÃO
29/03/1989

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
31/01/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

96563964211
PR921127874

PARANÁ

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN